

## Os desafios do Sul e a segurança regional

Álvaro Vasconcelos \*

As relações de segurança de Portugal têm sido analisadas, desde 1975, em função do contributo português para a estratégia da Aliança Atlântica, estratégia esta que se vira antes de tudo o mais contra uma agressão na frente europeia. Mas uma vez que preservar o *statu quo* europeu é o objectivo prioritário da dissuasão nuclear, a guerra europeia – leia-se mundial – é a mais improvável. As tensões e os conflitos regionais ocupam um lugar de crescente importância entre as preocupações de segurança dos países da periferia sul da NATO, nomeadamente no Mediterrâneo Oriental e no sudoeste europeu.

Procuraremos neste texto dar alguns contributos para a análise das relações de segurança de Portugal no quadro regional, tendo em conta as tensões que nesse mesmo quadro podem ser geradas.

No espaço regional em que nos encontramos, ocorreram na última década profundas modificações, que vieram dar sentido à discussão da cooperação no domínio da defesa entre Portugal e a Espanha, e também com os vizinhos comuns a sul, designadamente o reino de Marrocos.

A interligação de Portugal com espaços a sul não se esgota naturalmente no Noroeste Africano. Como diz Vilá Valentí, «El solar ibérico surge en un confín del Mediterráneo, exactamente en la misma puerta, allí donde sus aguas enlazan con las del océano Atlántico. La Península aparece así como algo periférico y marginal al alargado mar, lejos de su centro, en un apartado límite», «una neta avanzada, al mismo tiempo, hacia las tierras africanas y americanas».<sup>1</sup>

A sua posição geográfica é pois intermédia entre o Atlântico e o Mediterrâneo, a Europa e a África. Do ponto de vista estratégico, o essencial deste espaço geográfico pertence a uma área atlântica circunscrita por um grupo de arquipélagos, pelas costas africanas e peninsulares. Tão fechada e delimitada é essa área que, por oposição ao largo oceano aberto, alguns autores lhe chamam «Mediterrâneo atlântico».<sup>2</sup> Mais correcta nos parece a designação de «região atlântico-mediterrânea», que prolongamos a sul até ao Trópico de Câncer, acentuando-lhe o carácter atlântico.

---

\* Director executivo do IEEI.

Dentro da região, Portugal, devido principalmente à posição dos seus arquipélagos, configura-se como uma rosa de ventos, uma autêntica *plaque tournante*. A Espanha, além de tradicionalmente mais virada sobre si própria, projecta-se sobretudo para sul.

A sua privilegiada posição intermediária determinou a geopolítica de Portugal e da Espanha. Primeiro Portugal, procurando no mar a expansão que em terra lhe era vedada após a consolidação da independência, depois a Espanha, criam dois vastos mundos de língua e cultura.

O fim do império e a opção europeia não afastaram Portugal da necessidade de pensar em outros termos que não sejam os das relações Leste-Oeste no quadro da Aliança Atlântica. Tanto mais que a guerra europeia da qual o sistema defensivo aliado nos protege, sendo a mais importante, é a menos provável. Os desafios do Sul, quando deles parecíamos distanciar-nos, marcam profundamente o sistema interestatal internacional.

A proximidade do Norte de África, a cooperação com os Estados africanos de língua portuguesa e com o Brasil, são factores que nos aproximam de zonas onde a dissuasão nuclear não faz do recurso à força para resolver os conflitos entre os Estados «um suicídio que ninguém quer provocar». Na zona do mundo a que se convencionou chamar Sul, em que a maioria dos países estão em vias de desenvolvimento, os conflitos regionais multiplicam-se e os Estados europeus vêem-se muitas vezes envolvidos neles.

A crescente participação de Portugal e da Espanha no processo de integração da Europa Ocidental dá à cooperação europeia, quer no domínio político, quer no domínio da defesa, potencialidades novas no relacionamento com a África e as Américas. Com o empenho de Portugal e da Espanha, o processo europeu terá que fazer frente a desafios novos que de tal alargamento a sul decorrem e que a evolução estratégica impõe cada vez mais decisivamente.

A imagem de dois países, vizinhos numa mesma península distante da frente europeia, vivendo em paz e segurança, protegidos pela dissuasão nuclear americana a troco da concessão de umas quantas facilidades, com uma participação simbólica em forças na defesa da Europa e uma pertença (no caso da Espanha) mais ou menos ambígua à Aliança Atlântica – está longe da realidade.

Todos os Estados, sejam eles a minúscula Granada, ou Malta, o subdesenvolvido Chade ou os poderosos Estados Unidos, têm o seu peso próprio no jogo mundial, traçam e concretizam a sua estratégia com maior ou menor margem de manobra e são mais ou menos atingidos pelos conflitos que marcam o mundo moderno. Portugal,

como é de ver, não é excepção.

Se o mundo é cada vez mais acentuadamente bipolar à dimensão da estratégia global, é também, paradoxalmente, cada vez mais multipolar à dimensão regional. Essa multipolaridade evidencia-se com o distanciamento da China da URSS, a partir de 1953, ou mais recentemente com a vontade do Japão em assumir um papel externo mais conforme ao seu poder económico. O poder das chamadas pequenas ou médias potências não marca, no entanto, as relações interestatais na Europa de Leste.

Grande parte dos Estados recusa conformar-se à ordem regional imposta pelas potências vencedoras da Segunda Guerra e procura alterá-la em seu proveito, tanto mais que esses Estados se deram conta de que o sistema se modificou: os Estados Unidos e a URSS, e as demais potências do Norte, já não são capazes de impor as regras do sistema, como o foram no passado, se não vendo-se forçados ao recurso a intervenções maciças, custosas, e além disso politicamente difíceis para as democracias, onde a opinião pública impõe cada vez mais a sua vontade de paz, tantas vezes unilateralista.

Conflitos do passado e conflitos potenciais do presente nas zonas periféricas da Europa mostram a gravidade de uma opção de Portugal que se baseasse no pressuposto de que em todas e quaisquer circunstâncias tem a sua segurança garantida pela dissuasão nuclear ou pela força de acordos bilaterais.

Os acordos bilaterais e, sobretudo, a participação na Aliança Atlântica aumentam a solidariedade entre os Estados e garantem a segurança colectiva, impedindo o avanço do totalitarismo que nos atingiria a todos.

Mas a participação na Aliança não garante a segurança em caso de conflitos fora de área – sobre cuja definição exacta, aliás, nem sequer existe consenso – ou de crises regionais entre os aliados, embora contribua para as evitar e possibilite uma boa estrutura para o controlo das crises, como no caso do diferendo greco-turco, e embora possa ser um factor que obrigue a outras solidariedades, como em relação aos ingleses nas Falkland. A maior probabilidade de conflitos convencionais vem fazer aumentar a importância da Península como plataforma da Aliança para o socorro rápido à Europa a partir dos Estados Unidos, sobretudo ao flanco sul. O seu papel como último bastião, presente na estratégia da Aliança desde o início, toma a ser realçado, o que faz pensar no desenvolvimento de estratégias de neutralização, certamente muitas delas geradas a partir do Sul.

Isolacionistas norte-americanos e mesmo a própria diplomacia exploram o argumento da perda de importância relativa da Europa, em termos, nomeadamente, das

preocupações estratégicas dos Estados Unidos. Se este tipo de posições representa uma espécie de chantagem sobre os europeus, corresponde de facto à importância cada vez maior dos conflitos regionais e dos desafios do Sul.

É esta última componente que por ora nos interessa analisar, porquanto, se implica a redefinição das ameaças que temos de considerar, redefine igualmente a função estratégica da Península, especialmente no caso de Portugal.

Cerca de 412 conflitos e golpes de Estado ocorreram no mundo entre 1945 e 1982, segundo um estudo recente<sup>3</sup>, o que comprova que o uso da força militar continua a ser um traço característico da situação mundial. A estratégia adaptou-se à situação de não guerra total e assume, cada vez com maior nitidez, a forma de estratégia indirecta e de pendur regional.

### **Conflitualidade a Sul**

Analisando os conflitos ocorridos entre 1973 e 1983, constatamos que a Europa a norte da periferia atlântico-mediterrânea foi uma área de paz. Paz em democracia a ocidente, paz em totalitarismo a leste (onde surge como única excepção o golpe de Estado do general Jaruzelski em 13 de Dezembro de 1981).

Na periferia sul da Europa, encontraremos quatro golpes de Estado (Portugal, Grécia, Turquia e Chipre) e uma tentativa de golpe (Espanha, 23 de Fevereiro de 1981), a que se soma o conflito greco-turco em Chipre e a persistente situação de tensão entre estes dois membros da Aliança Atlântica, não só em torno de Chipre, como em relação ao mar Egeu. Acrescente-se que é também na periferia meridional que as acções terroristas têm sido mais sistemáticas.

Se a situação a norte do Trópico de Câncer é de paz no equilíbrio do terror e baixo é o nível de conflitualidade armada, já nas áreas do mundo que, para facilitar a exposição, designamos por «Sul» o panorama é totalmente diferente. Golpes de Estado, intervenções de potências do Norte, guerras civis, guerras de libertação nacional, conflitos regionais marcaram constantemente as últimas décadas, como se pode ver pelo quadro seguinte.

Nos últimos dez anos, assistiu-se a um desenvolvimento dos conflitos no Sul, em áreas que são vitais para a segurança euro-atlântica, em particular em zonas essenciais de passagem do tráfego e dos abastecimentos.

O ano de 1983, com a guerra do Yom Kippur e o boicote petrolífero que se lhe seguiu, com o subsequente alastrar dos conflitos na zona do Golfo Pérsico (queda do Xá no

## Conflitualidade entre 1973 e 1982

	Golpes de Estado	Questões internas	Disputas regionais	Conflitos Europa/EUA-Sul	Conflitos URSS-Sul	Conflitos Leste-Oeste
Europa	6	3	3			
Médio Oriente	4	10	11	1		
África	19	8	17	8	3	
Ásia	12	12	12	2	2	
América Latina	15	11	6	3		1

Fonte: quadro essencialmente baseado nos dados do estudo «Conflicts and Global Strategy», in *Rivista Militare*, edição especial n.º 3/85.

Irão, invasão soviética do Afeganistão, guerra entre o Iraque e o Irão), veio mostrar aos países ocidentais que se tinham dado transformações importantes no Sul, que poderiam pôr em causa o livre acesso aos recursos energéticos do Golfo, definido como interesse vital das potências ocidentais, transformações que poderiam fazer ruir, no dizer de dirigentes ocidentais, a própria economia mundial.

A evolução no Médio Oriente veio também ilustrar as profundas transformações verificadas no sistema interestatal internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, demonstrando que os Estados Unidos já não eram capazes de impor as regras do jogo no Sul, nem de conter em todas as circunstâncias a progressão soviética. Que longe se estava de 1947, quando George Kennan definiu, num célebre artigo no *Foreign Affairs*, a doutrina do *containment*!

Nessa altura os Estados Unidos tinham uma superioridade económica e militar tal sobre a URSS ou qualquer outro Estado que podiam não só travar toda a aventura militar soviética (crise de Berlim em 1948-49, crise de Cuba em 1962), como intervir sem dificuldades no Sul (na República Dominicana, em 1955, ou no Líbano, em 1959).

A situação alterou-se radicalmente. As dificuldades americanas em intervir militarmente a partir de 1973 ficaram bem comprovadas durante a guerra no Vietnam ou durante a crise angolana de 1975, ou ainda, mais recentemente, na guerra do Líbano. Duas datas assinalam esta nova situação: 30 de Abril de 1975 e 24 de Dezembro de 1979. A queda de Saigão é uma data simbólica que marca o fim da capacidade dos Estados Unidos para ditar a lei dos conflitos regionais e as dificuldades que se lhes põem de então em diante em qualquer intervenção fora de área, que são sobretudo militares, em particular quando se trate de conflitos internos, mas que são também políticas, originadas pela oposição ao intervencionismo que ganhou peso na opinião pública americana. A queda do Xá e a impotência americana no Irão são um segundo marco que viria a confirmar esta nova situação.

A URSS, pelo seu lado, criou uma confiança nova e uma nova capacidade para intervir, que sucintamente podem caracterizar-se assim:

- a. o equilíbrio nuclear deu uma nova confiança à URSS para projectar poder;
- b. essa nova confiança reforçou-se ainda com a crise de credibilidade da capacidade americana para intervir no Sul, após a derrocada no Vietnam;
- c. corresponde a um acréscimo de capacidade para projectar poder, que lhe advém da maior mobilidade das divisões soviéticas, comprovada com a invasão do Afeganistão, e do reforço do seu poderio naval e aéreo.

A URSS tem progredido na criação de capacidades aéreas e navais para intervir nos conflitos regionais e na obtenção de pontos de apoio que não tinha. Exemplos são a intervenção em Angola em 1975 e depois na Etiópia em 1977 e 1978. Durante a intervenção em Angola, a mais distante do império soviético, a URSS mostrou possuir pontos de apoio no próprio Atlântico, como Cuba e então a Guiné-Conackry, para projectar poder.

Porém, não foi apenas a capacidade da URSS para intervir no Sul ou a partir dele que aumentou. É o próprio poder dos países do Sul, pese embora o seu enorme endividamento e a existência de largas zonas de extrema pobreza, que tende a aumentar.

Os países do Sul já não são colónias nem países desarmados. São Estados independentes, dotados de capacidade militar própria, com meios para adquirir grandes quantidades de armamento.

Entre 1978 e 1982, as despesas militares dos países da NATO, excluindo os Estados Unidos, mantiveram-se estacionárias (a preços constantes); os Estados Unidos são os responsáveis pelo aumento de 11-12 por cento verificado no conjunto da NATO nesse período. Nesses cinco anos, o aumento foi de 35 por cento no Médio Oriente (havendo que ter em conta que pesa aqui sobretudo a guerra entre o Iraque e o Irão e a intervenção israelita no Líbano), e de 10 a 20 por cento na América Latina.<sup>4</sup>

Assinale-se que a URSS é o principal fornecedor de armas aos países da África subsariana, em percentagens que atingem, no caso da Etiópia, os 60 por cento. No Mediterrâneo, a URSS é o principal fornecedor de armamento à Síria e à Líbia, a quem vendeu, entre 1954 e 1983, material de guerra respectivamente no valor de 13 800 e 15 000 milhões de dólares. No Sudoeste Asiático, o Yémen do Sul e o Iraque são os principais compradores de armas soviéticas.

Os países do Sul detêm uma capacidade nova para intervir regionalmente, como é demonstrado pelo conflito entre o Iraque e o Irão, pelas intervenções de Israel na Síria e no Líbano, da Líbia no Chade, da Tanzânia no Uganda, do Vietnã no Camboja ou da China no Vietnã. Ao mesmo tempo, adquiriram uma capacidade tecnológica militar que torna possível que os conflitos regionais transbordem no sentido sul-norte.

Os conflitos regionais e a nova capacidade dos Estados do Sul para intervir militarmente fora das suas fronteiras têm necessariamente efeitos sobre as linhas de comunicação e podem cercear o acesso aos recursos naturais. Assim, as guerras entre Estados que disputam a hegemonia regional podem perturbar gravemente as comunicações – guerra israelo-árabe de 1967, que fechou o Canal de Suez até 1975; guerra entre o Iraque e o Irão, com ataques a terminais petrolíferos e a petroleiros, minagens, etc. Mesmo os pequenos Estados dispõem de meios para realizar ataques-relâmpago, utilizando mísseis, por exemplo, para minar passagens, ou para atacar navios a partir de meios costeiros.

Na altura da sua constituição e por vontade expressa dos Estados Unidos, a NATO definiu uma zona geográfica que libertava os americanos de se verem envolvidos nas disputas coloniais dos seus aliados que mantinham ainda largos domínios coloniais, como era o caso da França, Inglaterra, Portugal, Bélgica e Holanda. Estes países eram naturalmente favoráveis a uma delimitação mais ampla do perímetro do Tratado. Apenas a Argélia, então colónia francesa, ficou incluída na zona abrangida pelo Tratado como «Algerian Department of France», embora daí não adviessem quaisquer consequências práticas (artigo 6.º). Em 1960, o general de Gaulle afirmava num discurso considerar que «pelo menos entre as potências ocidentais, deve haver uma certa organização (do ponto de vista da Aliança) em relação ao seu comportamento estratégico fora da Europa ... particularmente no Médio Oriente e em África».<sup>5</sup>

Durante as guerras africanas, o Governo português de então defendeu sem êxito a tese do alargamento do perímetro geográfico da Aliança ao Atlântico Sul e ao Índico. Mas são os americanos que, a partir de 1979 e sobretudo com o Governo Reagan, colocam a questão do alargamento da zona geográfica, da globalização da resposta à estratégia global soviética, e fazem apelos à cooperação dos europeus nos conflitos fora de área.

Na própria Aliança Atlântica, a intervenção soviética no Afeganistão vai dar maior ênfase às preocupações com a evolução da situação no Golfo, que se agravou com o desenrolar do conflito armado entre o Iraque e o Irão.

Quer os comunicados do Comité para os Planos de Defesa quer os do Conselho,

reflectem, a partir de 1980, essa crescente preocupação. Em Maio de 1981, o CPD acentua a necessidade de estreitas consultas no seio da Aliança e toma medidas para coordenar as transformações que ocorram na mudança «de disponibilidade de forças destinadas à NATO».<sup>6</sup>

São agora sobretudo os europeus quem se opõe ao alargamento das responsabilidades da NATO, considerando que têm um papel particular, não militar, a desempenhar no diálogo com o Sul, ou então defendendo, como a França, que o uso da força militar fora de área deve ser uma prerrogativa nacional, como sucedeu na Shaba ou no Chade, em defesa da cooperação mantida com as antigas colónias.

Não há, indubitavelmente, consenso (e seria muito difícil consegui-lo entre 16 aliados) quando se trata de conflitos fora de área, sobretudo se esse consenso implicar uma responsabilidade militar comum. Se todos concordam em que existem desafios à Aliança fora de área, não estão porém de acordo com uma definição precisa desses desafios.

Para tornar ainda mais complexo o problema, os desafios do Sul que procuramos descrever criam ameaças no interior da área coberta pelo Tratado.

Seria o caso, por exemplo, de um conflito opondo a Turquia a um dos seus vizinhos do sul, a Síria, o Irão ou o Iraque. Para alguns, estaríamos ainda assim perante um conflito fora de área. Pensamos ser este um domínio em que a NATO deveria claramente definir que a um tal conflito seria aplicável o Art. 5.º do Tratado, segundo o qual «as Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas».

Não se trata pois de propor o alargamento das responsabilidades da Aliança aos conflitos fora de área, mas somente de insistir em que seja tomado em consideração um eventual conflito resultante de agressão de um país não membro do Pacto de Varsóvia a um país membro da Aliança Atlântica – logo, na área coberta pelo Tratado.

### **Portugal e a estratégia marítima norte-americana**

A resposta militar aos conflitos fora de área será antes de tudo uma resposta americana nas áreas de maior conflitualidade e uma resposta nacional francesa em caso de conflitos na África francófona. A França dificilmente poderá recusar um apelo por parte de uma antiga colónia, à semelhança do que fez o Chade.

Em certos casos, como o da força multilateral no Líbano, ou em operações de desminagem e patrulha naval em Ormuz. tem-se estabelecido uma cooperação

multilateral circunscrita essencialmente aos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, incluindo por vezes a Itália, que participou na força de paz no Líbano.

O Governo de Carter constituiu em Dezembro de 1979 a Força de Intervenção Rápida (RDF), como «instrumento militar para a preservação do acesso ininterrupto dos Estados Unidos ao petróleo do Golfo Pérsico».<sup>7</sup> Em Janeiro do ano seguinte, na sua mensagem à nação, declarou o presidente Carter: «Qualquer tentativa de uma força estrangeira para controlar a região do Golfo Pérsico será tomada como um ataque a interesses vitais dos Estados Unidos da América, e esse ataque será rechaçado por todos os meios necessários, incluindo o emprego da força militar». O Governo Reagan continuou neste domínio a política de Carter.

A importância estratégica crescente do todo nacional português, expressa no acordo de defesa entre Portugal e os Estados Unidos assinado em 13 de Dezembro de 1983, é exactamente devida ao facto de Portugal se encontrar numa posição de passagem para a projecção do poder norte-americano para fora da área abrangida pela NATO. Embora tal possibilidade não decorra automaticamente do acordo, ela esteve bem presente nas negociações.

A necessidade de facilidades em Portugal, Espanha e Marrocos para a RDF, na sua actual forma, é evidente. Um levantamento recente mostrou o desejo americano de essas facilidades, em território português, não se circunscreverem às obtidas com o citado acordo, mas serem extensivas a Porto Santo e Beja. Nas negociações que irão prosseguir serão discutidas essas facilidades.

Nos acordos assinados com Marrocos e com a Espanha, os Estados Unidos garantiram a continuação do acesso às facilidades que têm respectivamente na base aero-naval de Kenitra, e em Saragoza, Morón, Torrejón e Rota. No entanto, o facto de Marrocos ser um país árabe e as conhecidas reticências espanholas fazem aumentar o interesse americano pelas instalações em território português. O que permite também aos Estados Unidos, no actual jogo na região íbero-africana, ter diversas alternativas na área.

O teatro de operações do Golfo situa-se a 7 mil milhas dos Estados Unidos. A base das Lajes, na Ilha Terceira, encontra-se a 2500 milhas da costa americana, a 1000 milhas da costa continental portuguesa e a 1500 milhas das costas inglesas. Se tivermos em consideração as autonomias de voo dos aviões de transporte – a dos C 141 é de 2140 milhas e a dos C 5A de 3250 milhas –, veremos que o acesso a bases no percurso e na região é indispensável. Note-se que as dificuldades dos Estados Unidos no acesso a bases têm aumentado no conjunto. A diminuição das cerca de 150

bases e facilidades de 1953 para aproximadamente 30, em 1977, foi fruto tanto da evolução da estratégia americana, do aparecimento de bombardeiros intercontinentais tipo B-52, como de dificuldades criadas pelos aliados. Lembremos que em 1973, durante a guerra do Yom Kippur, o Reino Unido, a Espanha, a Itália, a Grécia e a Turquia recusaram aos Estados Unidos a utilização de facilidades.

Hoje, a estratégia dos Estados Unidos define-se como marítima, de acordo com o *general masterplan* do National Security Council. Em lugar de concentrar as suas forças nos locais de possível conflito (estratégia continental), os Estados Unidos propõem-se transportá-las por ar e por mar para o teatro de operações.

O desejo expresso pelos norte-americanos de um *home port* para os seus navios em Porto Santo permitir-lhes-á, se concretizado, ganhar muito tempo no percurso para o Mediterrâneo Oriental (os navios esperariam as tropas, que seriam transportadas de avião).

Há na nova estratégia norte-americana a necessidade de englobar no mesmo quadro a Europa do Sudoeste, o Mediterrâneo Oriental e o Golfo. Definindo esse espaço geoestratégico, George Shultz afirmaria, em Fevereiro de 1984: «Os nossos aliados da NATO, a Turquia, a Grécia, a Espanha e Portugal, asseguram um escudo para o Mediterrâneo e o flanco sul da Europa, uma ponte para o Médio Oriente e o Sudoeste Asiático», para o qual «a base dos Açores é um *pivot*, se os Estados Unidos quiserem reagir com eficácia aos desafios militares na Europa, ou aos desafios à segurança ocidental, fora da NATO».<sup>8</sup>

Até 1980, os Estados Unidos utilizaram a base das Lajes indiscriminadamente, valendo-se das indefinições do acordo precedente e das dificuldades políticas dos governos anteriores a 25 de Abril. Em 1980, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira, negou autorização de aterragem a aviões F-16 que se dirigiam para o Egipto, impondo a necessidade do consentimento prévio do Governo português para utilização da base em operações fora de área. Portugal não aceitou, no novo acordo, uma cláusula que tornasse automática a autorização para o uso das facilidades nos conflitos fora de área: o acordo não os abrange, sendo necessária, portanto, uma autorização caso por caso.

Mas Portugal, que importa mais de cem milhões de contos de petróleo, essencialmente do Golfo, estará disposto a, de uma forma soberana, conceder facilidades para a Força de Intervenção Rápida, em certas circunstâncias, como o deixou entender Jaime Gama: «Naturalmente que também destaco o papel que Portugal tem desempenhado em solidariedade com a segurança dos Estados árabes,

em especial os da área do Golfo, na concessão de facilidades de natureza militar».<sup>9</sup> Mas possivelmente nunca mais como em 1973, para apoiar Israel contra um país árabe. O anterior ministro dos Negócios Estrangeiros declarou aliás expressamente, durante uma visita oficial ao Iraque: «Portugal nunca será usado contra os países árabes».

Um conflito grave fora de área será a prova dos nove da solidez das relações entre Portugal e os Estados Unidos. E não se pense apressadamente, cá e lá, que um pequeno país não tem capacidade para dizer «não», quando considerar que os seus interesses e os do Ocidente não estão em causa – que a tem: e tanto mais a terá quando mais diversificar as suas interdependências. A integração europeia virá reforçar, deste ponto de vista, a posição portuguesa.

### **A cooperação europeia e a iniciativa política**

Portugal já não assume perante a defesa da Europa a posição de neutralidade colaborante da Segunda Guerra Mundial, e não quer continuar a ser apenas um «ponto de escala», por mais importante que essa função geoestratégica possa ser.

Se a dimensão atlântica da nossa posição geoestratégica é um dos principais poderes da nação portuguesa (outro será certamente a língua e o nosso património africano e brasileiro), uma política de segurança que nos cortasse da Europa faria de nós um arquipélago à deriva no Atlântico Norte; viria reforçar as dependências existentes e voltaria a isolar-nos.

É evidente que um europeísmo exclusivo, que encontra de resto muito poucos defensores, ou o europeísmo utópico da Europa supranacional, seriam suicidas. Portugal deve aderir à Comunidade com todas as dimensões que lhe são próprias, a atlântica e, em particular, a africana, sem esquecer que a vocação atlântica não se confina ao Atlântico Norte, antes resultando também das fortes ligações que temos com o Brasil.

A alternativa não é entre atlanticidade e continentalização europeia, mas sim entre atlanticidade na Europa e continentalização pela URSS.

É através da diversidade das suas relações que um pequeno país pode manter a sua independência e gerir as suas dependências, e ser motor de iniciativas que sozinho seria incapaz de tomar.

A antiga potência marítima, a Inglaterra, tradicionalmente oposta à unidade europeia, tem sabido aproveitar o potencial da Cooperação Política Europeia para revitalizar a

sua política externa, e diferenciá-la, em questões não vitais, da americana. Foi o governo de Margaret Thatcher que impulsionou as iniciativas europeias durante a crise do Afeganistão. Lord Carrington iria ao ponto de afirmar estar convicto de que a política externa britânica deveria ser conduzida essencialmente num contexto europeu.

Mas não se prevê que a Grã-Bretanha, nem Portugal, estejam amanhã dispostos a assumir no quadro europeu posições que ponham em risco a solidez das suas relações transatlânticas no quadro da Aliança. Não é razoável supor que Portugal ou a Grã-Bretanha sejam neste particular muito diferentes da Alemanha ou mesmo da França, ou mesmo ainda da Espanha.

Findo o período das lutas de libertação nacional com o fim do último império colonial, o português, em 1974-75, as transformações no Sul que põem em causa o normal relacionamento entre os Estados têm provindo mais de conflitos internos e de transformações violentas em regimes despóticos, em que se manifestam gravíssimos problemas sociais, de fome, de miséria, do que de conflitos internacionais.

O número de golpes de Estado em África e na América Latina entre 1973 e 1983 – 19 e 15, respectivamente – estão aí para o atestar.<sup>10</sup> Nessas áreas do mundo, a principal incógnita são as consequências das transformações internas, como o comprova o caso do Irão, transformações essas que hoje podem resultar do carácter semifeudal de alguns Estados da região. Contra a fome, a opressão e o fanatismo religioso, nada podem as intervenções militares. Só uma política de cooperação e apoio ao desenvolvimento, que tem o seu maior expoente na que as Comunidades Europeias desenvolvem com os países signatários da Convenção de Lomé, poderá ter efeitos positivos.

Para que tenha bons resultados, porém, a cooperação europeia não pode ser apenas económica: terá que prolongar-se na cooperação militar, complemento necessário à estabilização de uma política de apoio ao desenvolvimento. Aliás, a cooperação militar europeia é desejada pelos Estados do Sul, cujo objectivo central é consolidar o Estado, ou mesmo, nalguns casos, como sucede em África, construir a nação. Em muitos aspectos, ela deverá servir de apoio a soluções regionais.

Apesar de alguns sucessos militares e das enormes vendas de armamentos que a URSS efectua no Sul, a situação não é muito favorável aos soviéticos. Os seus intentos hegemónicos e a sua fraqueza económica chocam-se com os sentimentos nacionais e com as necessidades de desenvolvimento dos Estados do Sul, em suma, com o objectivo de criar nações onde existem por enquanto somente Estados.

Nas antigas colónias portuguesas, passados os tempos de luta armada de libertação

nacional, o realismo na política externa leva muitos dirigentes a procurar aliviar a dependência da URSS.

A adesão à Comunidade não nos afasta da África lusófona, ela própria já ligada à CEE pelos acordos de Lomé, muito pelo contrário; permite-nos participar nesse processo, que representa uma enorme capacidade de atracção, e ter, pelo nosso peso africano, só comparável ao da França e da Inglaterra, um vasto campo para a nossa diplomacia e para a cooperação económica. Por outro lado, a participação de Portugal e da Espanha nas Comunidades pode permitir o desenvolvimento de uma política euro-latino-americana, sustentada no relacionamento privilegiado entre Portugal e o Brasil, entre a Espanha e os países que falam o castelhano.

Os interesses de Portugal e da Espanha não são necessariamente concorrentes, pois o espaço linguístico português é bem diferenciado do espanhol. Assim sendo, e no respeito por esta diversidade, Portugal e a Espanha podem, nas Comunidades, alargar, sem dispersar, os interesses externos das mesmas, tomando-as menos um complemento da política africana da França e mais um projecto coordenado e multilateral de diálogo Norte-Sul.

Iniciativas políticas multilaterais no quadro da Cooperação Política Europeia, envolvendo Estados directamente interessados ou com relações históricas numa dada região, podem ter um papel importante na resolução de conflitos regionais. Um exemplo: a iniciativa francesa do Presidente Mitterrand, em 1982, de uma conferência dos países do Mediterrâneo Ocidental para tentar pôr termo ao conflito do Sara Ocidental deveria ser reactivada, alargada a Portugal, e incluir na sua agenda a política mediterrânica da CEE após o alargamento.

Portugal pode ter um papel activo na procura de uma mediação europeia na África Austral; por seu turno, a Espanha poderá facilitar idêntica mediação em relação aos focos de conflito na América Central.

### **A segurança no espaço atlântico-mediterrâneo**

A segurança da Península Ibérica é condicionada pela evolução na área geográfica que lhe fica adjacente a sul, nomeadamente no Noroeste Africano. Basta ter em conta a curtíssima distância que separa os países peninsulares das costas africanas: o estreito de Gibraltar tem apenas 15 quilómetros de largura; as Ilhas Canárias ficam a 115 km do Sara Ocidental, o que toma a Espanha particularmente sensível à evolução no Noroeste Africano, tanto mais que aí exerce soberania sobre os enclaves de Ceuta e Melilla. Mas o território português também não fica longe: as Selvagens e a Madeira

estão mais perto de África (336 km e 576 km, respectivamente) que do continente, e o Algarve só dista 192 km da costa marroquina.

A segurança na região – que, em termos NATO, e até aos limites do perímetro coberto pelo Tratado, é atribuída ao IBERLANT e ao GIBMED (no Estreito) – pode ser ameaçada a partir do Sul e deve ser tida em consideração a possibilidade de a União Soviética projectar poder a partir das regiões vizinhas não cobertas pelo Tratado. Há que considerar a ameaça submarina a partir do Atlântico Sul, e não apenas a ameaça submarina e aérea que pode vir de Norte ou de Leste.

No espaço que designamos por «espaço atlântico-mediterrâneo», a URSS não tem penetrado com facilidade e usa de enorme cautela. Perdeu as posições que detinha mais a sul, na Guiné-Conakry, onde a presença naval soviética foi intensa até 1980, e ainda não conseguiu substituí-las, embora o tivesse tentado, por facilidades nas ilhas de Cabo Verde, na Guiné-Bissau ou na Mauritânia, países com que mantém cooperação no domínio das pescas, como aliás também sucede em relação às Canárias.

As ameaças à estabilidade na região decorrem mais do confronto pela hegemonia regional no Noroeste Africano e dos factores internos e intra-regionais do que da acção directa da URSS:

O principal foco de instabilidade na região é o conflito armado no Sara Ocidental, que opõe a Frente Polisário ao Reino de Marrocos. Trata-se do mais espectacular episódio na disputa pela hegemonia no Magreb, em que a Argélia e Marrocos se defrontam, não sem que a Líbia interfira, e a Mauritânia e a Tunísia, esta em menor grau, sejam igualmente afectadas.

Dominando embora toda a dinâmica da região, este conflito não extravasou o quadro regional. Tanto os Estados Unidos como a URSS procuram manter boas relações tanto com a Argélia como com Marrocos, apesar de a URSS dar um apoio indirecto à Polisário. Ao mesmo tempo que esta frente tem vindo a perder terreno, tomam-se mais agudas as tensões entre a Argélia e Marrocos e entre a Argélia e a Líbia. Na sua luta pela hegemonia no Grande Sara, a Líbia alia-se agora a Marrocos contra o seu principal adversário no deserto, a Argélia.

Se completarmos a nossa análise da região, poderemos constatar que Portugal e a Espanha são países que se democratizaram e que os processos de autonomia nos seus arquipélagos atlânticos, em particular nos portugueses, isolaram os movimentos separatistas, que em dada altura tiveram alguma expressão.

A reivindicação marroquina sobre as possessões espanholas no Noroeste Africano e a

presença inglesa em Gibraltar geram também um foco de tensão, que no entanto pode resolver-se facilmente pela via da negociação. No caso de Gibraltar, a via das negociações parece estar mais próxima, agora que tanto a Inglaterra como a Espanha fazem parte da Comunidade Europeia.

Cabo Verde, imediatamente a sul do trópico de Câncer, é uma nação independente, estável e não alinhada que desenvolve uma cooperação bastante promissora com Portugal.

A análise da evolução demográfica deve também ser feita e tomada em consideração no planeamento estratégico.

Na Península Ibérica, as tendências que se verificam são bastante diferentes. Enquanto a Espanha atingirá em 1999 os 8,2 milhões de habitantes entre os 17 e os 30 anos (contra 7 milhões em 1979), em Portugal o mesmo grupo etário não crescerá em número (2 milhões em 1979) até ao fim do século.

A população dos principais países do Magreb cresce ainda mais rapidamente que a de Portugal e Espanha, como se pode ver pelo quadro apresentado.<sup>11</sup>

**População**  
(milhões de habitantes)

	1973	1980	1984	2000
Portugal	9,2	9,9	10,2	11,0
Espanha	34,7	37,5	38,8	43,0
Marrocos	16,3	20,0	23,3	36,0
Argélia	15,7	19,0	21,7	34,0
Líbia	2,1	3,0	3,5	5,0

Se o aumento da população nos países do Norte de África não for acompanhado de um significativo desenvolvimento económico, será certamente um factor de tensão. De qualquer forma, alterará os equilíbrios demográficos existentes. Marrocos e a Argélia, mais que duplicando a sua população em relação a 1973, aproximam-se da população da Espanha, que 12 anos antes era quase o dobro da de cada um desses países.

A população da Líbia, um dos países com menor densidade populacional do mundo, continuará a ser muito reduzida. Mas a Líbia tem hoje um PNB per capita (8640 dólares) que é quádruplo do segundo maior de África, o da África do Sul (2300), e largamente superior ao da Espanha (5400) ou de Portugal (2860).

A enorme riqueza petrolífera da Líbia, aliada ao facto de ser pouco populosa, permitiu-

lhes dotar-se de um considerável potencial militar e de uma significativa capacidade para projectar poder. Embora a Líbia se destaque pelo facto de o poder militar de que dispõe ser largamente superior às suas necessidades de defesa, a capacidade militar dos outros países do Magreb não é de modo algum negligenciável.

Na determinação da ameaça que pode provir do Norte de África, são tomadas em consideração, em Portugal, a possibilidade de minagens, actos de sabotagem e mesmo de ataques de submarinos ou ataques aéreos contra linhas de comunicação e posições a sul.

Uma das preocupações essenciais da segurança portuguesa deriva das consequências que podem advir da chamada *estratégia de neutralização*. Em caso de conflito armado, esta pode assumir a forma brutal de bombardeamentos «cirúrgicos», de acções de comandos ou acções de sabotagem. Actualmente, porém, reveste a forma de estratégia indirecta, com a finalidade principal de impedir, ou pelo menos dificultar, a utilização pelos norte-americanos de facilidades na região, e criar nas vias marítimas e aéreas que a cruzam todo o tipo de interferências. É esse o interesse estratégico imediato para a URSS do conflito no Sara Ocidental. É só assim se compreendem as reivindicações de «africanidade» da Madeira, das Canárias e até dos Açores, que Kadhafy fez em 1978.<sup>12</sup> Se o ridículo das suas afirmações lhes anulou as consequências em relação à Madeira e aos Açores, já em relação às Canárias, pela sua proximidade do Sara Ocidental e pelo apoio líbio-argelino ao movimento independentista canário, o MPAIAC, tiveram efeitos evidentes. Embora o MPAIAC tenha hoje perdido toda a importância, os efeitos da estratégia de neutralização fazem-se ainda sentir.

São de notar também os contactos entre a Líbia e militantes separatistas dos Açores e da Madeira. Os processos autonómicos nos arquipélagos portugueses viriam no entanto a retirar ao separatismo toda a margem de manobra política.

A evolução tecnológica que permite aos países do Magreb possuir meios aéreos e navais sofisticados, determina também que um conflito grave no Mediterrâneo Ocidental (envolvendo, por exemplo, Marrocos, a Líbia e a Argélia) pode prolongar-se rapidamente para as regiões vizinhas.

Se os Estados da NATO não directamente envolvidos poderão considerar conflitos desse tipo como regionais e como não afectando directamente a Aliança no seu conjunto, já o auxílio soviético e americano, a importância do resultado do conflito e dos seus prolongamentos, podem vir a tornar difícil a distinção entre conflito regional e conflito Leste-Oeste.

A gravidade de uma evolução deste género não passa despercebida aos responsáveis pela política externa e de segurança portuguesa, que procuram romper com anos de isolamento em relação ao Norte de África, que naturalmente se opunha à política colonial portuguesa.

Dado o peso que os responsáveis militares ainda têm na definição das prioridades da política de segurança portuguesa, é significativa a valorização que têm vindo a fazer das ameaças provenientes do Norte de África.

O general Lemos Ferreira, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, apontava como uma das principais prioridades da política de segurança a necessidade de Portugal se dotar «de uma capacidade dissuasora mínima mas crível no quadro regional, em que a percepção da ameaça poderá transformar-se qualitativa e quantitativamente, de forma abrupta e na sequência de uma possível evolução política no Norte de África favorável ao Pacto de Varsóvia».<sup>13</sup>

O brigadeiro Loureiro dos Santos, do Estado-Maior do Exército, coloca entre as ameaças regionais (ao núcleo territorial), da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias, o Norte de África (considerando-a como emergente).<sup>14</sup>

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, ao realçar a opção aeronaval, reforça a nossa posição nos mares circundantes e, portanto, a nossa presença nos acessos ao Estreito.

A Espanha, pelo seu lado, orienta claramente a sua estratégia e relação ao Sul, não só tendo em consideração a evolução atrás descrita, mas também os factores de tensão que existem entre ela e Marrocos.

O almirante Salgado Alba afirmava recentemente que «o estreito de Gibraltar é o coração da estratégia espanhola» e, citando o ministro da Defesa de Espanha, Narciso Serra, que «o peso político e estratégico de Espanha no mundo dependerá, em larga medida, da nossa capacidade para exercer o controle do estreito de Gibraltar».<sup>15</sup>

O Plano Estratégico Conjunto (PEC) de 1980, que define a estratégia militar espanhola e os objectivos em forças, aponta a necessidade de alcançar um «nível de presença eficaz no eixo Baleares-Estreito-Canárias, zona de confluência da estratégia atlântico-mediterrânea» de Espanha. Aumentar o poderio militar com esse objectivo, é a finalidade dos programas META, Naval e FACA, respectivamente para a modernização do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

Se tomarmos como exemplo o programa META, constatamos que todas as divisões,

salvo, evidentemente, as de montanha, se orientam para o estreito e vão estar aquarteladas a sul de Madrid.

Em Portugal, não existe ainda publicado o conceito estratégico militar integrado, apesar de cada ramo ter o seu próprio plano de modernização, onde é valorizada a ameaça que pode resultar da evolução da situação no Norte de África. Por seu turno, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, elaborado pela coligação PS-PSD, põe o acento na «importância estratégica essencial das fronteiras marítimas e aéreas e do espaço interterritorial», ou seja, do triângulo estratégico português.

No entanto, o que acabamos de descrever aponta para que a Espanha venha a assumir o essencial da defesa de uma área compreendida entre o estreito e as Canárias, e Portugal a da área do triângulo português, que constitui um espaço de retaguarda e reforço em relação àquele.

A Espanha encontra-se, pela proximidade das suas posições no Norte de África, numa situação de muito maior vulnerabilidade que Portugal; as posições portuguesas, menos vulneráveis e menos ameaçadas, constituem uma plataforma de socorro em relação às posições espanholas. Este quadro define a complementaridade estratégica dos dois Estados.

Os desafios provenientes do Sul ao flanco mediterrânico da Aliança prolongam-se até às Canárias.

A inserção da Espanha na organização militar integrada viria dar continuidade à periferia sul da Aliança, e aumentar a sua importância.

O flanco sul, ou, em termos mais gerais, a periferia sul, não tem representado uma prioridade da Aliança, que continua concentrada quase exclusivamente na contenção da ameaça terrestre soviética na Europa central e, secundariamente, no flanco norte.

Desde a Segunda Guerra que, na planificação aliada, se dá uma particular importância à capacidade que a Península Ibérica tem de ligar geopoliticamente a Europa Ocidental ao Norte de África.

Logo após a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, iniciaram-se os contactos entre os Estados Unidos e a Espanha: neste contexto se salienta que, «sem uma integração na NATO, seria impossível desenvolver completamente as potencialidades estratégicas da Península Ibérica, ou considerar como uma entidade a Europa Ocidental e o Noroeste Africano, e planificar em conformidade. Estas ideias foram repetidas continuamente na documentação desclassificada dos anos 50-60, e nas reuniões do USCINCEUR com representantes espanhóis e portugueses de 1956».<sup>16</sup>

Convém analisar aqui as relações entre os dois Estados peninsulares e o Norte de África, em particular com o vizinho mais próximo, Marrocos.

Passado que foi um período de relativa tensão, resultante de um alinhamento português com as posições argelinas nos anos de 1974 e 1975, as relações entre Portugal e Marrocos são consideradas, no momento presente, quer em Lisboa, quer em Rabat, como excelentes, embora ainda incipientes.

A diplomacia portuguesa tem afirmado ultimamente a sua intenção de intensificar as relações com Marrocos. O então ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, visitou Rabat em Março de 1984 e reafirmou a conhecida posição portuguesa de que «Portugal não reconhece a República Árabe Sarauí Democrática, embora concorde com o direito dos povos à autodeterminação».<sup>17</sup> Nos encontros que então mantiveram, tanto o soberano marroquino como o chefe da diplomacia portuguesa reafirmaram a importância que os dois países assumem no Atlântico e lançaram as bases de uma possível aproximação estratégica entre ambos.

A atitude de apoio da África lusófona à Frente Polisário e à RASD constituiu, de certo modo, um obstáculo ao pleno relacionamento entre os dois Estados. Motivo de receios foram também os ataques da Frente Polisário a barcos de pesca portugueses. No entanto, pode considerar-se como sinal positivo que alguns barcos pertencentes a empresas mistas luso-marroquinas, com pavilhão e soldados marroquinos e pescadores portugueses, operem hoje perto da área em disputa.

No quadro europeu, os países do Magreb encontram em Portugal um interlocutor disposto a assumir um papel na ligação entre a Europa e o Norte de África. Note-se que não decorrem da adesão de Portugal às Comunidades contenciosos de maior entre Portugal e o Magreb.

Em relação à questão de Ceuta e Melilla, Portugal assume uma atitude de completa neutralidade. Afirmações no sentido de ligar a sorte dos dois enclaves à de Gibraltar terão de ser consideradas como atitudes individuais, contrárias à política de boa vizinhança com a Espanha. Há porém consenso em considerar que, em nenhuma circunstância, a força militar deve ser utilizada para resolver contenciosos na região.

Como se compreende, a sensibilidade perante o evoluir da situação no Norte de África é claramente diferente em Portugal e em Espanha. Atente-se, por exemplo, na forma emotiva como foi recebida em Espanha a união de Estados entre a Líbia e Marrocos, e a ausência de quaisquer apreensões visíveis em Portugal.

A adesão dos países peninsulares, sobretudo da Espanha, à CEE é vista em Rabat com sérias apreensões, pelas consequências económicas que dela decorrem; e, tanto

em Rabat como em Paris, é encarada como um factor que pode prejudicar a estabilidade no Magreb.

Dada a fragilidade da situação económica de Marrocos, envolvido numa guerra prolongada que o obriga a manter um exército de 200 mil soldados, tal situação deve, agora que Portugal e a Espanha são membros da CEE, ser devidamente ponderada tanto em Madrid como em Lisboa.

A negociação entre Portugal, a Espanha e Marrocos de uma posição comum face aos problemas das relações deste último país com a CEE seria benéfica para a estabilidade e a confiança mútua entre os Estados da região. Não parece haver razões, aliás, que impeçam o alargamento desse tipo de negociações aos restantes países do Magreb, que só poderia contribuir também para uma maior estabilidade e um melhor clima de confiança.

### **As relações de segurança entre Portugal e Espanha**

O desenvolvimento da cooperação entre os dois Estados peninsulares para a segurança regional só será possível sob três condições essenciais: a) se a desproporção actual no poder militar respectivo for reduzida; b) se definirem com precisão o quadro fundamental das responsabilidades nacionais próprias; c) se assumirem ambos as suas plenas responsabilidades no quadro da aliança de que fazem parte.

Será útil sublinhar que em Portugal a adesão da Espanha à NATO foi encarada como um contributo significativo tanto para o equilíbrio regional como para a credibilidade da própria Aliança. Pela mesma razão se defende a completa participação da Espanha na NATO.

No entanto, para alguns especialistas e planificadores, a Península Ibérica forma um todo, ideia que ficou mais presente com a adesão conjunta à Comunidade, e por esse vício de raciocínio são tentados a atribuir à Espanha tarefas de segurança que só a Portugal competem.

A recusa do comando ibérico único não tem a ver, nos espíritos lúcidos, com a inexistente ameaça espanhola, mas com o receio de que os Estados Unidos e a Aliança atribuam à Espanha missões de segurança no espaço interterritorial português, para as quais as forças armadas portuguesas não estão equipadas, e que por essa razão não viesse a ser dada a prioridade devida à indispensável modernização das forças armadas portuguesas.

Os americanos parecem ter começado a compreender que Portugal não está disposto a ser apenas um país de passagem, nem a consentir que sejam entregues a terceiros as missões que lhe devem competir no quadro da Aliança.

A comparação da ajuda militar americana a Portugal e à Espanha pode ajudar a elucidar estas questões. O acordo de auxílio mútuo entre Portugal e os Estados Unidos data de 1951; até 1979, não contempla contrapartidas financeiras. A partir desse ano, é fixada uma ajuda económica apenas destinada aos Açores, no valor de 20 milhões de dólares anuais sob forma de donativo.

A ajuda à Espanha vem desde o acordo de 1953, e tem sempre importantes contrapartidas em ajuda militar, financeira e em equipamento. Entre 1976 e 1982, foi, entre donativos e créditos, de 144 milhões de dólares por ano (120 milhões em créditos para auxílio militar, 24 milhões em donativos para auxílio económico).

Após o recente acordo com Portugal, dá-se uma modificação, embora não tenha desaparecido a desproporção. Portugal receberá por ano 110 milhões de dólares em ajuda militar (60 a fundo perdido e 50 em créditos) e 40 milhões em ajuda económica, isto quando a Espanha recebe, em créditos, 400 milhões por ano.

Alguns índices permitem avaliar a situação de desequilíbrio entre os dois Estados no domínio da defesa, que pode contribuir para uma diminuição do papel de Portugal na NATO no caso de integração plena da Espanha.

Vejamos por exemplo os actuais programas de modernização da Força Aérea e da Marinha dos dois países.

A Força Aérea espanhola adquire 72 caças americanos modernos e avançados, F-18; a Força Aérea portuguesa moderniza-se adquirindo 50 bombardeiros navais A 7P, que na Marinha americana estão a entrar em desuso. A Marinha espanhola constitui um grupo naval de combate; a Marinha portuguesa, completamente antiquada, procura adquirir três fragatas para a guerra anti-submarina e para a protecção das vias marítimas, com base num projecto NATO multilateral que tem tido sucessivas dificuldades de concretização.

Valerá a pena comparar os efectivos militares dos dois países:

	Exército	Marinha	F. Aérea
Espanha	230 000	57 000	33 000
Portugal	45 000	14 000	13 500

Quanto às despesas militares, foram, em 1982, de 630 milhões de dólares em

Portugal, e de 3737 milhões de dólares para a Espanha; em 1983, situaram-se respectivamente nos 547 milhões de dólares e nos 3347 milhões.

As razões do desequilíbrio existente, para além da diferente capacidade de cada uma das economias, para além do atraso que representou no equipamento das Forças Armadas portuguesas para fins NATO a guerra em África, têm a ver primordialmente com o desnível da ajuda norte-americana, e com uma orientação diferente das aquisições militares, que em Espanha têm valorizado a produção nacional.

Embora consciente de que a sua função geoestratégica é um poder em si própria, Portugal, se não dispuser de um poder militar compatível com as necessidades da sua defesa nacional, ver-se-á totalmente dependente dos aliados para a sua segurança, o que, ligado à importância das facilidades que concede, significaria uma perda total de autonomia na política externa, além de uma situação de enorme vulnerabilidade às ameaças existentes.

Nas relações de cooperação estratégica na região atlântico-mediterrânica, a resolução das questões que se levantam entre Portugal e a Espanha é prioritária. Nessa resolução tem de tornar-se em consideração quais as funções estratégicas complementares e quais as que podem ser assumidas conjuntamente. A valorização da periferia sul deve ser acompanhada pelo reforço do IBERLANT, através da inclusão dos Açores, que assim poderia assumir plenamente a sua função atlântica, tanto como *pivot* para o socorro como para a guerra antisubmarina. Ao mesmo tempo, a integração militar da Espanha permitiria assegurar melhor a contenção de ameaças provenientes do Sul, para a qual as Canárias têm uma posição privilegiada mas mais vulnerável que a da Madeira, que poderia ser chamada a desempenhar um papel mais importante.

O alargamento da cooperação militar a Marrocos, que já faz pontualmente exercícios navais conjuntos com a Espanha, é no interesse de Portugal e, para ser possível, deverá, por enquanto, restringir-se ao espaço marítimo.

Marrocos concentra no Exército, dadas as características da guerra no Sara Ocidental, o essencial do seu esforço militar. Só recentemente iniciou o processo de criação de uma força naval que lhe permita ter algum papel no estreito de Gibraltar e sobretudo na sua rica e extensa ZEE. Adquiriu em 1983 um navio espanhol do tipo Descubierta e dotou-se de meios de patrulha marítima equipados de mísseis *Exocet* 40 e 38.

A cooperação estratégica entre Portugal, Espanha e Marrocos, que, a existir, será essencialmente aeronaval, pressupõe a modernização da Marinha portuguesa. Outra condição necessária à sua existência é que Marrocos assuma a dimensão naval

atlântico-mediterrânea que a sua posição estratégica lhe permite, mas a que nenhuma ameaça imediata obriga.

Mas o relacionamento de Portugal com as áreas que se encontram a sul do IBERLANT não se esgota, naturalmente, nas relações com o Norte de África. Cabo Verde e o Brasil podem ser duas das prioridades de uma política de cooperação naval, com o objectivo de proteger as linhas de comunicação marítima mais a sul.

A cooperação militar com os Estados africanos de língua portuguesa, designadamente através da formação de quadros, é outra questão que tem vindo a ser discutida em Lisboa. Os países lusófonos, nomeadamente Moçambique, Guiné e Cabo Verde, mostram por ela um grande interesse, mas Portugal hesita, debatendo-se ainda com os «traumas» de uma descolonização difícil, tanto mais que a opinião pública divide as suas simpatias pelos diversos contendores nos conflitos que desde a independência paralisam Angola e Moçambique. Por isso, para além da formação de alguns quadros nas escolas militares portuguesas, pouco mais tem sido feito.

Um dos domínios que está em aberto e que tem enormes potencialidades será o da cooperação industrial no domínio da defesa com os países do Sul. A indústria de defesa portuguesa tem algumas capacidades, mas em vários domínios poderia beneficiar da cooperação com países como o Brasil, cuja indústria de armamento tem elevado grau de competitividade.

Se o mundo é, globalmente, cada vez mais bipolar e os interesses das superpotências se projectam em todos os conflitos, vimos já como diminuiu a sua capacidade para neles interferir e, sobretudo, para os controlar. Esta é, em suma, a realidade que os decisores ocidentais têm de enfrentar, abandonando as visões simplistas e maniqueístas.

A estratégia de dissuasão, que tem por objectivo impedir a deflagração de um conflito armado na Europa, continua a ser a prioridade número um da política de defesa dos Estados ocidentais, para a qual todos dão, e não devem deixar de assumi-lo, um contributo específico. Esse conflito não é, porém, o mais provável: é mesmo improvável, embora nem a recente evolução na URSS nos possa levar a acreditar na possibilidade de uma situação de paz duradoura e não armada. Como sintetizara Raymond Aron, de visita a Lisboa, em 1980, «a paz é impossível, mas a guerra é improvável». A paz na Europa não significa porém que o uso da força tenha sido banido do sistema internacional. Pelo contrário: os conflitos regionais multiplicam-se. O que neles está em jogo tem implicações directas para a segurança dos Estados europeus, e pode até pôr em causa a actual situação de equilíbrio leste-oeste. A

terceira guerra mundial tem mais probabilidade de começar por uma escalada no Sul que leve ao confronto directo entre as duas superpotências do que por um conflito na Europa. Evitar a terceira guerra mundial é, também nos conflitos regionais, a primeira de todas as prioridades.

As relações entre Portugal e Espanha são, para ambas as nações, um desafio tanto mais urgente quanto mais adverso é o ambiente estratégico internacional e pode vir a sê-lo o ambiente regional.

Portugueses e espanhóis podem, transitoriamente, beneficiar das fraquezas e dificuldades recíprocas. Mas a longo prazo só têm a ganhar com o afirmar da identidade nacional, com o desenvolvimento do nível económico e do bem-estar, com um forte empenhamento democrático e ocidental de ambos os Estados.

Numa altura em que ambos enfrentamos o desafio da integração europeia, nomeadamente no âmbito das relações bilaterais, é querer deitar lenha para a fogueira das tensões regionais não procurarmos entender-nos e desenvolver uma verdadeira cooperação.

Como afirmava o grande amigo de Portugal e entusiasta da cooperação luso-espanhola general Eduardo Munilla. só se pode reforçar a cooperação hispano-portuguesa com pleno respeito pela identidade dos dois países, «pois sem se ter em conta que ao mesmo tempo somos *peninsulares* e *distintos* não se pode entender a realidade estratégica da Península Ibérica».

## NOTAS

- <sup>1</sup> Juan Vilá Valentí, *La Península Ibérica*, Barcelona, Ariel, 1982, p. 22-23.
- <sup>2</sup> Cf. Hervé Coutau-Bégarie, *Géostratégique de l'Atlantique Sud*, Paris, PUF, 1985.
- <sup>3</sup> Cf. Franco A. Casadio, «Conflicts and Global Strategy», in *Rivista Militare*, edição especial, n.º 3/85.
- <sup>4</sup> Dados contidos em *The Military Balance 1983/1984*, Londres, IISS, 1983.
- <sup>5</sup> Citado por John Chipman, em comunicação apresentada à V Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, 1985 (policop.).
- <sup>6</sup> Ver a este respeito o Rapport intérimaire de la Sous-commission sur les défis hors zone à la sécurité de l'Alliance, AC 182, PC/OA (85)2, Bruxelas, AAN, 1985.
- <sup>7</sup> Cf. Jeffrey Record, *The Rapid Deployment Force and US Intervention in the Persian Gulf*, Cambridge, Mass, IFPA, 1981, p. 29.
- <sup>8</sup> George Shultz, discurso no Congresso, Fevereiro de 1984.
- <sup>9</sup> Jaime Gama, «Portugal e os Países Árabes», conferência proferida a convite da Associação de Amizade com os Países Árabes, in *Política Externa Portuguesa, 1983-1985*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, s.d., p. 152.
- <sup>10</sup> Cf. Franco A. Casadio, no citado estudo publicado pela *Rivista Militare*.
- <sup>11</sup> Dados contidos em *The Military Balance, 1984/1985*, Londres, IISS, 1984.
- <sup>12</sup> Cf. Mário Mesquita, «A Importância Estratégica dos Açores numa Perspectiva Africana», in *África num Mundo Multipolar*, Lisboa, IEEI, 1983.
- <sup>13</sup> Gen. Lemos Ferreira, «Alguns Apontamentos sobre a Defesa Militar Portuguesa no Contexto OTAN.», discurso no American Club, Lisboa, Março de 1985.
- <sup>14</sup> Cf. J.A. Loureiro dos Santos, *Fundamentos Históricos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, comunicação apresentada ao Congresso. «Os Portugueses e o Mundo», Porto, 1985.
- <sup>15</sup> Cf. Jesús Salgado Alba, comunicação apresentada à V Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, 1985.
- <sup>16</sup> António Marquina Barrio, «La Península Ibérica en el marco de la planificación occidental», in *Estudios Internacionales*, Madrid, Sociedad de Estudios Internacionales, 1984.
- <sup>17</sup> Discurso proferido durante a visita oficial que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, efectuou ao Iraque, em Janeiro de 1984.